

-
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO PRESENCIAL /2018

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência, tem por objeto a **Contratação de empresa devidamente cadastrada no CREA, para a prestação de serviços de coleta com caçambas, recebimento, triagem, armazenamento temporário, destinação e disposição final de resíduos da construção civil, resíduos volumosos, inertes, podas, rejeitos provenientes de obras públicas e da rede de unidades de recepção da Prefeitura de Bebedouro denominadas Ecopontos além do fornecimento de caçambas metálicas de capacidade volumétrica de 3,5 m³ (três e meio metros cúbicos) para atendimento da população de baixa renda e obras de responsabilidade municipal, o transporte dos rejeitos resultantes das operações das áreas de manejo e resíduos de poda e volumoso até os locais de disposição adequados, conforme o Termo de Referência, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-financeiro em anexo, com prazo de execução de 12 (doze) meses, medição mensal dos serviços.**

2. JUSTIFICATIVA

Essa contratação é necessária para a adequada gestão dos resíduos de construção civil e demolição, resíduos de podas, e demais resíduos volumosos.

A coleta, triagem e destinação final adequada garantirá a qualidade ambiental do município com a garantia de eliminação de pontos que possam se tornam criadouros de insetos e roedores se tornando foco de transmissão de doenças, e controlar possível contaminação do solo e lençol freático.

A contratação da empresa atende a Lei federal 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos que prevê a implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

3. OBJETIVO

3.1 As condições de manejo dos resíduos de construção civil, descritas e definidas neste Termo de Referência têm como objetivo viabilizar a destinação adequada e ambientalmente correta dos resíduos de construção civil, poda e volumosos provenientes da coleta municipal e obras de iniciativa da Prefeitura Municipal de Bebedouro- PMB, dos resíduos provenientes de descartes clandestinos em vias públicas e aqueles coletados na rede de recepção da PMB, otimizando o processo vigente no município de Bebedouro. Para a definição desse modelo de manejo foram adotadas algumas premissas básicas que podem ser consideradas também, como metas operacionais a serem implementadas para a otimização do processo de gestão destes resíduos.

São elas:

- a) Buscar a localização das usinas de processamento de resíduos de construção civil, volumosos, resíduos de poda e inertes o mais próximo possível dos pontos de geração, como forma de otimização dos processos de destinação bem como dos seus custos;
- b) A partir da localização anteriormente mencionada, buscar sempre, a destinação adequada dos resíduos de acordo com suas características, reduzindo os impactos causados pelo tráfego destes resíduos pela área central da Cidade, tais como, o trânsito pesado enfrentado para atingir as áreas de processamento e dispersão de resíduos causados por este transporte;
- c) Redução ao mínimo, tecnicamente possível, da distância de transporte de resíduos destinados a estas usinas de processamento;
- d) Buscar a segregação máxima dos resíduos como forma de otimização dos processos de reciclagem, bem como dos custos para sua destinação;
- e) A partir da segregação anteriormente mencionada, buscar, sempre, a destinação adequada dos resíduos de acordo com suas características, e considerando-se a classificação adotada pela Resolução CONAMA 307/2002 com suas alterações pelas Resoluções nº 348/2004, 431/2011, 448/2012 e 469/2015;
- f) Valorização máxima dos resíduos segregados por meio da reciclagem de cada classe ou sua destinação adequada;

- g) Redução, ao mínimo tecnicamente possível, do volume de resíduos destinados a aterros;
- h) Criação de novas alternativas para disposição de resíduos de construção civil e inertes para clientes públicos e privados;
- i) A usina deverá ter capacidade mínima para recebimento, triagem e armazenamento temporário e reciclagem dos resíduos de construção civil da ordem de 4.464 t/mês (quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro toneladas por mês) ou o equivalente a 1240 (um mil, duzentos e quarenta) caçambas por mês, para atendimento do objeto da licitação e a demanda do município de Bebedouro
- j) A capacidade projetada para a usina contratada é prevista para recebimento dos resíduos coletados nas operações de rotina de limpeza da Prefeitura de Bebedouro (resíduos provenientes das URPVs – Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes (**Ecopontos**), pontos de deposição clandestina, obras particulares e obras de manutenção), poderá ter também potencial para armazenar o volume de resíduos de grandes obras públicas a serem realizadas no período de contratação. Além das premissas definidas anteriormente, para a realização destas atividades, devem ser observadas as condições técnicas definidas em toda a legislação pertinente, incluindo as Normas Técnicas da ABNT, conforme relação seguinte. ABNT NBR 15112 – Resíduos da construção civil e resíduos volumosos – Áreas de transbordo e triagem – Diretrizes para projeto, implantação e operação (ABNT 2004). • ABNT NBR 15113 – Resíduos da construção civil e resíduos inertes – Aterros – Diretrizes para projeto, implantação e operação (ABNT 2004). • ABNT NBR 15114 – Resíduos sólidos da construção civil – Áreas de reciclagem – Diretrizes para projeto, implantação e operação (ABNT 2004); • ABNT NBR 15115 – Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil – Execução de camadas de pavimentação – Procedimentos (ABNT 2004) • ABNT NBR 15116 – Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil – Utilização com pavimentação e preparo de concreto sem função estrutural – Requisitos (ABNT 2004)

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A empresa vencedora ficará responsável pela prestação dos serviços de coleta com caçambas, recepção, triagem, armazenamento temporário, tratamento, destinação e disposição final dos resíduos recebidos oriundos na área de abrangência de toda a área urbana do

município, incluindo os Setores Centro, Sul, Leste, e Nordeste, Norte, Oeste, Noroeste, Empresarial, Centro Oeste, Andes e Areias, Botafogo e Turvânia.

4.2 A distribuição e endereço das URPVs em cada Setor será indicada pela Prefeitura devendo cada setor possuir no mínimo 4 URPVs e no máximo 8 URPVs.

5. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 DAS ÁREAS DE MANEJO

5.1.1 Define-se como área de manejo, o local onde se encontra instalado a usina de processamento para resíduos da construção civil, a área de triagem e transbordo com as respectivas unidades operacionais e administrativas que permitam o funcionamento deste tipo de empreendimento. Será necessário prever também, área para armazenamento temporário dos resíduos a serem dispostos em outro local.

5.1.2 As áreas de manejo deverão operar de segunda a sábado, das 08:00 h às 20:00 h. Serão considerados dias úteis todos os dias do mês, salvo os domingos e qualquer dos feriados de Ano Novo, Sexta-Feira da Paixão, 1º de Maio e Natal porventura verificados naquele mês, sem prejuízo do dever de atendimento a eventuais substituições de algum destes dias de feriados.

5.1.3 A **empresa vencedora** poderá, no transcorrer da execução dos serviços substituir os destinos apresentados, por outros, que atendam a todas as exigências deste Termo de Referência, desde que aprovadas pelo Gestor de Contrato, devendo tal fato ser comunicado a área técnica da Prefeitura com prazo máximo de 60 (sessenta dias) de antecedência.

5.1.4 Da mesma forma, a **empresa vencedora** poderá oferecer mais de uma área de manejo de sua responsabilidade, para atendimento e, devendo estas áreas oferecer as condições definidas no presente Termo de Referência e demais documentos constantes do Edital e seus Anexos.

5.1.5 Caso a empresa vencedora ofereça mais de uma área, uso simultâneo ou sequencial, de sua responsabilidade, para efeito de medição, deverá ser considerado o valor a medir da área mais distante aos centroides definidos.

5.1.6 Será aceita a oferta, no processo licitatório, de áreas detentoras de protocolos de licenciamento ou licenciamento completo, condicionada a contratação ao encerramento do licenciamento no órgão ambiental competente no prazo de 120 dias para operação.

5.2 DAS URVVS – UNIDADES DE RECEBIMENTO DE PEQUENOS VOLUMES

5.2.1 Contempla os serviços de fornecimento e locação de caçambas metálicas de capacidade volumétrica de 3,5 (três e meio) metros cúbicos para os **ECOPONTOS** distribuídos estrategicamente por todo o Município e em locais estabelecidos pelo Departamento de Meio de Ambiente da Prefeitura Municipal, para posterior remoção, tendo como destino final a Usina de triagem e processamento da **empresa vencedora**.

5.2.2 As caçambas deverão ser removidas no mínimo semanalmente ou quando estiverem com sua capacidade completa, por caminhões equipados com sistema de poliguiincho com capacidade de remoção de 1 (uma), 02 (duas) ou mais caçambas ao mesmo tempo, variando conforme o local, horário e a necessidade.

5.2.3 Os caminhões deverão estar devidamente identificados e as caçambas pintadas, identificadas e sinalizadas de acordo com o previsto Decreto Municipal 12409/2017 que regulamenta o uso de caçambas no município de Bebedouro.

5.2.4 O controle de colocações e remoções será feito através de contato telefônico/radio/email do Departamento Municipal de Meio Ambiente com a administração da empresa vencedora, que deverá fazer o respectivo Controle de Transporte de Resíduos (CTR) toda vez que as caçambas sejam transportadas, sendo que tais caçambas ingressarão na unidade de triagem e processamento da empresa vencedora sem ônus para o Município de Bebedouro até o limite de 90 caçambas mensais, devendo o restante ser pago conforme planilha da empresa vencedora.

5.3 DA RECEPÇÃO DOS RESÍDUOS

5.3.1 A **empresa vencedora** será responsável pela recepção e encaminhamento à destinação adequada, de todos os resíduos objeto desta licitação encaminhados pela **Prefeitura Municipal de Bebedouro**.

5.3.2 A **licitante vencedora** deverá na usina de triagem e processamento dos resíduos de construção civil, resíduos volumosos e de poda realizar os seguintes serviços:

- a) Recepção de **todos** os resíduos de construção civil ou os que estiverem nas caçambas transportadas, inclusive os resíduos gerados pelo próprio município de Bebedouro em suas obras;
- b) Triagem mecânica e manual de **todos** os resíduos que ingressarem e destinação adequada de todos os resíduos, exceto os resíduos orgânicos e rejeitos equiparados a resíduos domiciliares que deverão ser transportados para a unidade de transbordo municipal de resíduos domiciliares após pesagem, vegetação deverá ser destinada a unidade de triagem e processamento de resíduos de poda, podendo ser utilizada a unidade localizada na Avenida Projetada do Distrito Industrial V, que neste caso será administrada pela empresa vencedora da presente licitação;
- c) Será admitido até 5% de rejeito equiparados a resíduos domiciliares, ficando da responsabilidade do município de Bebedouro a destinação final correta desse material;
- d) Britagem dos resíduos encaminhados para a usina com a separação magnética dos materiais ferrosos, limpeza manual e mecanizados dos produtos, classificação em areia, pedrisco, bica corrida, pedra britada 1, 2 e 3 e rachãozinho e disponibilização de 25% desses materiais para o Município de Bebedouro, inclusive o carregamento.

5.3.3 O material deverá ser fornecido pela empresa vencedora ao município de Bebedouro, devidamente limpo, sem impurezas e classificado para usos diversos em obras do Município.

5.3.4 As planilhas de controle deverão ser encaminhadas ao Departamento Municipal de Meio Ambiente semanalmente para conferência e deverão discriminar as massas unitárias e totais do período.

5.3.5 A **licitante vencedora** deverá estar capacitada, ao longo de todo o período de vigência do contrato, de proceder ao adequado recebimento e destinação dos resíduos de construção civil , volumosos e de poda de responsabilidade pública regularmente encaminhados às suas unidades, segundo Resolução do CONAMA 307/2002 com suas alterações pelas Resoluções nº 348/2004, 431/2011, 448/2012 e 469/2015 e em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.3.6 A **licitante vencedora** terá prazo de **210 (duzentos e dez) dias** a partir da data da ordem de serviços, para instalar balança rodoviária, caso não possua em suas instalações, podendo ser prorrogado esse prazo por igual período, em condições de pleno funcionamento para atender o serviço. Até o término do prazo, de instalação da balança a medição dos resíduos será feita por volume, emitindo diariamente planilha de recebimento de cada veículo que deverá constar, no mínimo, as seguintes informações:

Modelo – Planilha de recebimento de veículo		
Ord.	Especificação	
1	Data de entrada e saída:	
2	Horário de entrada e saída:	
3	Tipo de veículo (compactador, basculadora, carroceria aberta, caçamba, outros a especificar) e número de placa:	
4	Identificação do motorista (Nome e CNH):	
5	Origem da carga (URPV, ponto crítico, obras públicas, obras de manutenção, outras a especificar)	
6	Nome da empresa responsável pelo transporte	
7	Tipo de carga (resíduos mistos ou de construção civil)	
8	Tipo de carga (resíduos mistos ou de construção civil)	
9	Massa ou volume transportado por veículo por acesso à área de manejo:	

5.3.6.1 Estas informações deverão constar também na emissão dos relatórios produzidos após a instalação da balança eletrônica.

5.3.7 O cálculo da quantidade de resíduos recebida na área de manejo, no período de inexistência da balança, deverá ser feito considerando o volume útil pleno do caminhão multiplicado pelo peso específico médio de 1,2 t/m³ para veículos com carga de resíduos da construção civil provenientes de obras e 1,0 t/m³ para veículos com carga mista provenientes de URPVs e pontos críticos de deposição clandestina.

5.3.8 As planilhas de controle deverão ser encaminhadas ao DAAMA semanalmente para conferência e deverão discriminar as massas e volumes unitários e totais do período.

5.3.9 Somente serão remuneradas as pesagens ou volume de descargas dos veículos cadastrados ou autorizados pela **Prefeitura**.

5.4 DA TRIAGEM E TRANBORDO DOS RESÍDUOS - ATT

5.4.1 Define-se ATT (área de triagem e transbordo) as áreas destinadas ao recebimento de resíduos da construção civil e resíduos volumosos, para sua triagem, armazenamento temporário dos materiais segregados, eventual transformação, e posterior remoção para destinação adequada, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente.

5.4.2 As Áreas de Triagem e Transbordo (ATTs) são áreas preparadas para o recebimento e complementação da triagem de resíduos da construção civil e resíduos volumosos, para sua posterior destinação segundo o estabelecido na Resolução CONAMA 307 com suas alterações pelas Resoluções ns° 348/2004, 431/2011, 448/2012 e 469/2015, e normas técnicas brasileiras.

5.4.3 Os resíduos recebidos deverão ser previamente triados em Áreas de Transbordo e Triagem ou no próprio aterro ou usina de processamento, caso apresente condições para esta triagem em local distinto da ATT, de modo que nele sejam dispostos apenas os resíduos de construção civil Classe A ou resíduos inertes.

5.4.4 Os resíduos de construção civil das Classes B, C ou D deverão ser encaminhados à sua destinação adequada, bem como resíduos oriundos de outros locais de geração e que não

possam, em função de suas características, serem dispostos nos aterros de inertes ou processados na usina.

5.4.5 Os resíduos classificados como Classe D deverão ser armazenados temporariamente em área coberta, destinada especificamente a este fim.

5.4.6 As ATTs serão operadas pela **empresa vencedora**, consistindo esta operação basicamente da recepção e integral triagem de RCD e resíduos volumosos de responsabilidade pública e privada e posterior encaminhamento aos locais de destinação adequado.

5.4.7 As quantidades definidas neste Termo de Referência são as quantidades mensais de resíduos da construção civil, resíduos volumosos e resíduos de podas estimadas, a serem manejadas nas ATTs, podendo haver variação de 25% a maior ou menor, a cada mês, sobre as médias estimadas.

5.4.8 Todos os resíduos recebidos ou removidos das ATTs deverão ser **pesados ou quantificados na entrada e na saída das áreas de manejo, registrando peso bruto ou peso estimado total, conforme volume** e tara quando for o caso, bem como emitido o *ticket* (CTR – Controle de Transporte de Resíduos) correspondente com as informações: data, horário, placa do veículo, resíduo transportado, origem e destino.

5.4.9 Excetuam-se neste caso os resíduos que serão reaproveitados, reciclados ou comercializados pela **empresa vencedora**.

5.4.10 Os materiais removidos das ATTs deverão ser transportados para locais de destinação adequada, aceitos e aprovados pela **Prefeitura** e devidamente licenciados para recebimento dos resíduos a eles destinados.

5.4.11 Os locais poderão ser substituídos por outros, licenciados, a serem aprovados pela **Prefeitura**.

5.4.12 A **empresa vencedora** deverá garantir, por ocasião da execução dos serviços, a descarga e carregamento dos resíduos com total segurança, inclusive para a circulação e manobra dos veículos, com acessos devidamente sinalizados.

5.4.13 A **empresa vencedora** será a única responsável por eventuais interrupções da operação de recebimento dos resíduos ou interdições das áreas sob sua operação.

5.4.14 A **empresa vencedora** poderá optar por instalar a ATT em área adjacente ao Aterro de RCD ou Usina de RCD, sujeita a aprovação da Prefeitura e devidamente licenciada.

5.4.15 A **empresa vencedora** poderá, a seu critério, reciclar e comercializar os resíduos recebidos na área de destinação por ela ofertada, passando os mesmos a ser de sua inteira responsabilidade, recebendo exclusivamente pelos ganhos obtidos na comercialização do material segregado “*in natura*” ou processado. A segregação, reciclagem e comercialização são de inteira responsabilidade da **empresa vencedora**.

5.5 DO TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DOS REJEITOS

5.5.1 Os resíduos classificados como especiais ou perigosos, segundo norma de classificação NBR 10004 e CONAMA 307 com suas alterações pelas Resoluções ns° 348/2004, 431/2011, 448/2012 e 469/2015 tais como resíduos oriundos de coleta domiciliar, resíduos orgânicos inaproveitáveis, animais mortos, e todo e quaisquer resíduos desta natureza, deverão ser devidamente armazenados e encaminhados à destinação correta, para cada caso.

5.5.2 Os resíduos não perigosos e inaproveitáveis poderão ser encaminhados a aterros sanitários, ficando a **empresa vencedora** responsável por seu transporte até o Transbordo Municipal de Resíduo Domiciliar, bem como os custos destas operações.

5.5.3 Os resíduos classificados como perigosos, deverão ser armazenados separadamente em áreas que minimizem os riscos de contaminação e acidentes, devendo a **empresa vencedora** tomar todas as providências previstas nas normas específicas para este fim.

5.5.4 Os resíduos perigosos deverão ser transportados por empresa licenciada para este tipo de transporte, podendo a **empresa vencedora** efetuar licenciamento de veículos próprios para este fim, caso seja de interesse da mesma.

5.5.5 Os locais de destinação e tratamento dos resíduos classificados como perigosos deverão estar devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente, devendo esta licença ser válida no período de contrato entre a **Prefeitura e empresa vencedora**.

5.5.6 A empresa vencedora deverá possuir registro dos resíduos perigosos coletados e encaminhados ao tratamento correto, dispondo os registros trimestralmente para análise da Prefeitura.

6. DAS MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

6.1 A determinação das marcas e modelos dos veículos e equipamentos será de responsabilidade da **empresa vencedora**, devendo a mesma, contudo, atender às disposições mínimas constantes neste Termo de Referência

6.1.1 Para a realização desses serviços, serão necessários no mínimo os seguintes equipamentos:

Relação de Equipamentos
Pá carregadeira sobre rodas, com potência adequada para o serviço, equipada com pneus especiais para evitar furos
Caminhão basculante, truck, traçado
Caminhão toco equipado com poliguincho
Caminhão pipa, capacidade mínima 6.000 litros ou sistema aspersor para controle de pó
Mesa vibratória autopropelida, capacidade mínima de peneiramento de 15 t/h - usina triagem com capacidade de triagem de 15 toneladas por hora, com:
Sistema de alimentação mecânico
Sistema anti pó
Proteção contra descargas elétricas
Mesa de catação para o mínimo de 4 catadores e esteira de no mínimo 1,20 metros de largura
Quadro de Comando Primário
Amostradores metálicos
Caçambas metálicas de 3,5 metros cúbicos mínimo – mínimo 80 caçambas
Usina de britagem com capacidade para 15 t/h, e posterior rebitagem, contendo:
Alimentador vibratório
Transportador de Correia 20” para seleção de materiais ou similar capacidade
Peneira alimentadora
Peneira de 03 Decks de Classificação de 3x1 ou similar capacidade
Peneira Vibratória 20010/2ª ou similar capacidade
Transportadores de Correia 18” ou similar capacidade
Britador de Mandíbulas com produção mínima de 20 toneladas/ hora
Alimentador de Correia 42” ou similar capacidade
Peneira vibratória h 3010 ou similar capacidade
Britador Impactor (de martelos) com produção mínima de 15 toneladas/ hora

Transportadores de Correia 20” ou similar capacidade;
Peneira vibratória 30012 ou similar capacidade
Quadro de Comando Rebritagem;
Imãs separadores magnéticos – estático e móvel

6.2 Tendo em vista o caráter contínuo inerente à prestação dos serviços, os veículos e equipamentos deverão ser colocados em serviço abastecidos, equipados e mantidos em perfeitas condições de segurança, funcionamento, conservação e limpeza, além de atender às determinações especificadas nos itens seguintes:

6.2.1 A escolha dos modelos e tipos de veículos a serem utilizados no transporte dos resíduos será da **empresa vencedora**, desde que observadas as condições apresentadas no presente Termo de Referência.

6.2.2 Para o transporte dos resíduos especiais perigosos ou contaminados, deverão ser utilizados veículos especialmente adaptados para este fim, devendo, caso a **empresa vencedora** opte por executar o transporte, licenciar estes veículos para esse fim, de acordo com as Normas determinadas por esta, ou utilizar prestador de serviço para este fim, desde que devidamente licenciado.

6.2.3 Todos os veículos utilizados deverão estar em total obediência às normas do Código de Trânsito Brasileiro e outras legais pertinentes, no início da realização do contrato, condições estas a serem mantidas, ao longo do mesmo.

6.2.4 Todos os veículos e equipamentos deverão estar em plenas condições de funcionamento na data da ordem de serviço, ficando a **empresa vencedora** sujeita à inspeção da **Prefeitura** a qualquer tempo, podendo esta exigir a troca ou reparo imediato, a seu exclusivo critério, caso constate a inadequação de qualquer veículo ou equipamento.

6.2.5 Os veículos e equipamentos deverão atender aos limites de controle ambiental quanto à poluição atmosférica (em especial a emissão de fumaça negra) e sonora, em estrita observância às normas específicas aplicáveis (municipais, estaduais e federais), sob pena de a **empresa vencedora** ter de substituí-los.

6.2.6 A **empresa vencedora** deverá providenciar por conta própria em seus veículos, além das placas regulamentares, as identificações necessárias ao reconhecimento dos serviços

prestados e da **empresa vencedora**, de acordo com modelo padronizado a ser definido pela **prefeitura** (tipo adesivo ou pintura).

6.2.7 Não será permitida a exploração de publicidade nos veículos e equipamentos envolvidos na execução dos serviços.

6.2.8 A **empresa vencedora** deverá dispor de local para guarda de seus veículos, não os deixando em via pública, quando não estiverem em serviço.

6.2.9 A Prefeitura não se responsabilizará pela integridade de veículos ou equipamentos da empresa vencedora em caso de greve ou perturbações da ordem de qualquer espécie.

6.2.10 A substituição do veículo proposto, por qualquer motivo, dar-se-á apenas se autorizada pela **Prefeitura**, neste caso, salvo mediante autorização em contrário da mesma, o veículo deverá possuir as mesmas características do veículo original apresentado por ocasião do início dos serviços.

6.2.11 Os veículos, antes da entrada em serviço, deverão ser inspecionados pelo DMTT que poderá rejeitar o veículo que considerar impróprio para a execução das atividades decorrentes do objeto da presente licitação e, nesse caso, ordenar sua substituição.

6.2.12 A **Prefeitura** poderá a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, realizar outras vistorias, que considerar necessárias para garantir todas as condições indispensáveis à segurança e operacionalidade dos veículos.

6.2.13 Fica a **Prefeitura** autorizada a instalar qualquer equipamento nos veículos da **empresa vencedora** a qualquer tempo, desde que este não venha a causar danos aos veículos ou dificulte a execução dos serviços e avisando a **empresa vencedora** com 30 dias de antecedência.

6.2.14 A **Prefeitura** não efetuará cobrança pela realização de vistoria/inspeções nos caminhões a serviço do contrato, sendo que o disposto neste item, em nenhuma hipótese, eximirá a **empresa vencedora** das responsabilidades decorrentes da má conservação ou de deficiente manutenção preventiva e/ou corretiva da frota colocada em serviço bem como das responsabilidades estabelecidas no Código de Trânsito e na legislação municipal específica.

7. DA RECEPÇÃO, TRIAGEM E PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS DE PODA E CAPINA

7.1 Os resíduos de podas e capina deverão ser encaminhados à Área de Triagem de Resíduos de Poda (**ATRP**) situada na Avenida Projetada, Distrito Industrial V ou em local determinado pela empresa **licitante vencedora** e após a triagem para sua destinação final em picadores ou trituradores.

7.2 O Departamento de Serviços Públicos fará a coleta dos resíduos de poda provenientes da limpeza de áreas públicas, com caminhões de sua frota e com mão de obra própria e encaminhará para **ATRP**.

7.3 Os geradores particulares também destinarão seus resíduos de poda e capina para **ATRP** para posterior processamento.

7.4 O processamento acontecerá em um equipamento de beneficiamento - picador, que tem a função primordial de transformar os resíduos de poda em um material de pequena granulometria – maravalha.

7.5 O maquinário requerido pelo presente deverá reduzir a espessura e o tamanho das partículas dos resíduos de poda, as quais são formadoras dos compostos habilitando-as a fazer parte do processo de compostagem.

7.6 Será admitida a destinação de material processado para utilização como combustível em indústrias, e outras empresas com equipamentos adequados para queima da maravalha

7.7 Os equipamentos para picar ou triturar deverão ter capacidade para receber madeira com pregos e outros objetos metálicos e deverá ser instalado um eletroímã para remoção de partículas metálicas.

7.8 O composto, quando produzido, deverá ser licenciado nos órgãos competentes e atender às recomendações do Ministério da Agricultura, devendo 30% ser doado a Prefeitura para manutenção de parques, jardins e hortas comunitárias.

7.9 A **ATRP**, incluindo a área de processamento e compostagem deverá ser licenciada, pela **empresa vencedora**.

8. DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

8.1 A **empresa vencedora** deverá manter infraestrutura necessária e adequada para os serviços objeto deste Edital em conformidade com a legislação pertinente.

8.2 Quando do início da execução dos serviços será realizada vistoria conjunta nas áreas de manejo para elaboração dos laudos da Medicina e Segurança do Trabalho.

8.3 Outras responsabilidades relacionadas às instalações e equipamentos encontram-se detalhadas no item Obrigações da **empresa vencedora**.

9. DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO

9.1 A ordem de início para a prestação dos serviços objetos do contrato será expedida após a vistoria das instalações dos Aterros ou Usinas de Recepção, Triagem e Processamento de RCD e inspeção da área de recepção e triagem de resíduos de poda e capina, conjuntamente pela empresa vencedora e pela Prefeitura, sendo lavrado documento onde conste descritivo das instalações e equipamentos disponibilizados e estado em que se encontram.

10. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 A fim de repartição dos riscos de demanda inerentes ao contrato, fica assegurada à **empresa vencedora**, ao longo de toda execução do contrato, a exclusividade na destinação da média dos resíduos de construção civil, poda e capina gerados de sua responsabilidade, provenientes de obras públicas de manutenção, remoção de deposições clandestinas e coletados na rede de recepção da PMB (URPVs).

10.2 As quantidades médias a serem dispostas no sistema de RCD/ATT, oriundas de remoções clandestinas e da rede de recepção, podem variar em 25% acima ou abaixo da média especificada, sendo as quantidades médias, conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE E MÍNIMA MÊS.	QUANTIDADE MÁXIMA MÊS.	QUANTIDADE E MEDIA/ MÊS.
1	Locação de caçambas	Uni	250	400	325
2	Triagem de Resíduos da Construção Civil e Volumosos	M³	300	540	420
3	Britagem de Resíduos da Construção Civil	M³	285	513	399
4	Triagem de Resíduos de Poda e Varrição. Trituração ou picagem de Resíduos de Poda e Varrição, Trituração ou picagem de Resíduos de Poda e Varrição, Destinação final dos resíduos picados ou triturados de poda e varrição (Compostagem) e Volumosos	M³	450	660	555

10.3 URPVS E PONTOS CRÍTICOS DE DEPOSIÇÃO CLANDESTINA, OBRAS PUBLICAS E TERCEIROS:

10.3.1 Para o caso dos resíduos gerados em obras de responsabilidade do Município, as quantidades poderão exceder ao limite superior somada a variação percentual. Neste caso, deverá a **empresa vencedora** garantir a recepção dos resíduos em qualquer quantidade, até o limite da capacidade licenciada para o processamento e destinação final, reduzindo a duração do contrato, caso se preveja o esgotamento do volume máximo previsto para a capacidade ofertada antes do final deste.

10.4 Não haverá, em nenhuma hipótese, pagamento diferenciado em função da caracterização dos resíduos recebidos diferentemente do pactuado no presente Termo de Referência, estando a repartição dos riscos firmada em função do maior ou menor aproveitamento e triagem da massa heterogênea dos resíduos recebidos.

10.5 Os serviços serão medidos mensalmente com base nos preços unitários do contrato, conforme efetivamente executados e as medições serão atestadas pela **Diretoria Operacional da Prefeitura ou servidor por esse designado**.

10.6 A **empresa vencedora** deverá preencher todos os formulários e planilhas de controle, além do “Boletim de Medição”, modelos a serem fornecidos pela fiscalização, que serão os

documentos adequados para a comunicação de todos e quaisquer fatos, solicitações, análises, avaliações etc. referentes à execução dos serviços objeto do contrato.

10.7 O diário de serviços e o “Boletim de Medição” deverão conter, em todos os dias, a assinatura do responsável da empresa vencedora e, no máximo, 2(dois) dias úteis após, com relatos e respostas (se houver) aos questionamentos da fiscalização.

10.8 A quantidade de resíduos recebida, e destinada será apurada mensalmente pela **Prefeitura** por meio dos registros da balança instalada nas áreas ofertadas pela **empresa vencedora** ou, no período de instalação da balança, de acordo com o volume medido convertido em massa, conforme detalhado em item específico do presente Termo de Referência.

10.9 Os veículos cadastrados pela **Prefeitura**, para descarga nas áreas ofertadas pela **empresa vencedora**, serão pesados no momento da entrada, devidamente carregados e no momento da saída, após a descarga.

10.10 A cada pesagem, será emitido o respectivo ticket em 3 (três) vias, com identificação do veículo (marca/modelo e nº de placa), data, horário e resultado da pesagem. A **empresa vencedora** arquivará a 1ª via do ticket de pesagem, entregando a 2ª via ao motorista do caminhão e a 3ª via ao fiscal de balança designado pela **Prefeitura** para acompanhamento de cada pesagem. As vias do ticket de pesagem arquivadas na **empresa vencedora** deverão ser rubricadas pelo fiscal designado pela **Prefeitura**. Ao final de cada mês, a **Prefeitura** efetuará conferência entre os dados constantes do relatório de atividades mencionado anteriormente e os tickets de pesagem emitidos no mês de referência. Havendo divergência entre o relatório de atividades e os tickets emitidos no mês de referência, prevalecerá como critério de medição dos serviços executados naquele mês, a massa total devidamente comprovada através dos tickets arquivados na **empresa vencedora** que contenham a rubrica do fiscal da **Prefeitura**.

O mesmo procedimento é válido para medição em volume convertido em massa, durante o período de instalação da balança ou por ocasião da paralisação da mesma.

11. DOS DOCUMENTOS PARA ESCOLHA TÉCNICA DA CONTRATADA

11.1 Além das exigidas para habilitação constantes na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.2- Registro da Empresa no CREA e de seu Responsável Técnico no CREA

11.3– Atestados de capacidade técnica ou declarações, emitidas por pessoas de direito público ou privado; comprobatórios da aptidão da empresa licitante para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

12. DO PAGAMENTO

12.1 Os serviços são contratados sob o regime de empreitada por preços unitários e serão pagos em parcelas mensais, correspondentes às respectivas medições.

12.2 Fica assegurado à **empresa vencedora** o pagamento mensal equivalente às quantidades diárias efetivamente depositadas na ATT, multiplicado pelo valor unitário proposto e contratado.

12.3 Será pago valor diferenciado para o manejo dos resíduos provenientes de obras públicas e de manutenção e aqueles provenientes das redes de recepção da **Prefeitura** (URPVs) e removidos dos pontos críticos de deposição clandestina. Na composição dos preços já se encontra embutido os custos de triagem, armazenamento, destinação e disposição final dos resíduos e rejeitos.

12.4 As medições serão elaboradas até o dia 22 de cada mês, relativas aos serviços executados no período, pela **FISCALIZAÇÃO** com a participação da **empresa vencedora**, e serão formalizadas e datadas para posterior pagamento.

13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1. A empresa vencedora obriga-se a:

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficientemente, nos prazos parciais e totais.

- i. Contratar mão de obra de acordo com as necessidades dos serviços, mobilizando ou desmobilizando a equipe para adequá-la às ordens de serviços da **Prefeitura**.

- ii. Conduzir os trabalhos de acordo com as normas técnicas, em estrita observância às legislações Federal, Estadual e Municipal e a quaisquer ordens ou determinações do Poder Público, devendo ainda, conduzir os trabalhos e o pessoal de modo a formar, junto ao público, uma boa imagem do Prefeitura e da própria empresa vencedora.
- iii. Manter na direção dos trabalhos profissional de nível superior preposto, previamente aceito pela **Prefeitura**, habilitado a representá-la em tudo que se relacione com a execução dos serviços.
- iv. Providenciar a retirada de qualquer preposto ou empregado cuja permanência no local for considerada justificadamente inconveniente pela **Prefeitura**.
- v. Responsabilizar-se pela análise e estudos dos elementos técnicos que compõe o Edital e seus Anexos para a execução dos serviços, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância de tais documentos. Caso a empresa vencedora constate quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá comunicar o fato, por escrito, a Prefeitura para que tais defeitos sejam sanados.
- vi. Responder pelos encargos e obrigações de natureza trabalhista, fiscal, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil.

13.2 A Prefeitura obriga-se:

- i. Fornecer à empresa vencedora todas as informações necessárias à execução dos serviços.
- ii. Designar contraparte para acompanhamento da execução dos trabalhos, em condições de assegurar uma troca de informações permanente e eficaz.
- iii. Providenciar e executar todas as ações administrativas de sua exclusiva competência, relativas à execução dos trabalhos.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

14.1 A fiscalização será exercida pelo Departamento Municipal de Meio Ambiente em conjunto com o Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

15 DAS PENALIDADES

15.1 A desistência da proposta, lance ou oferta quando convocada dentro do prazo de validade da proposta a falta de entrega da documentação exigida no certame e/ou o descumprimento quanto à regularização dos documentos fiscais (ME, EPP e C00P) no prazo estabelecido, assim como na hipótese do licitante apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude fiscal declarar-se falsamente como microempresa empresa de pequeno porte ou cooperativa, comportar-se de modo inidôneo, darão ensejo às seguintes providências punitivas e ato consequente:

- a. Cobrança pelo Município por via administrativa ou judicial sobre o valor total da proposta de multa de 10% (dez por cento)
- b. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Bebedouro e cancelamento de seu Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município, pelo período de até 5 (cinco) anos
- c. Desclassificação ou Inabilitação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento

15.2 A penalidade de declaração de inidoneidade que impedirá de licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição aplicada poderá ser aplicada cumulada ou não com as demais previstas neste Edital, em decorrência das condutas previstas nos arts. 90, 93, 94, 95 e 96 da Lei Federal nº 8.666/93 ou de fraude na execução do contrato mediante devido processo administrativo para apuração das ocorrências

15.3 Na hipótese de inexecução parcial ou total, do retardamento da execução, de falha na execução de contrato por parte do beneficiário, das obrigações decorrentes deste certame, ou de infringência dos preceitos legais pertinentes serão aplicadas segundo a gravidade da falta após regular processo administrativo as seguintes penalidades:

- a. Advertência
- b. Multa por inexecução parcial ou total: até 20% (vinte por cento) sobre o valor total empenho/contrato, podendo haver cancelamento do contrato;
- c. Multa por atraso: 1 % (um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços calculada sobre o valor do empenho/contrato, é o limite de 10 (dez) dias corridos, após o que cumulativamente aplicar-se-á a multa prevista no subitem "d" desta cláusula podendo haver cancelamento do Contrato;

- d. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do empenho/contrato caso ocorra execução do(s) serviço(s) com padrão/qualidade inferior ao constante da proposta.
- e. Caso a empresa pratique preços realinhados sem a devida aprovação do Município de Bebedouro, ou não efetue a execução do(s) serviço(s) durante o período de análise de eventual pedido de realinhamento, a mesma estará sujeita a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor do empenho e/ou contrato) e/ou cancelamento;
- f. Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do empenho/contrato por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima;
- g. Suspensão de participar em licitação e de contratar com qualquer órgão da administração direta ou indireta deste Município, por prazo de até 2 (dois) anos

15.4 As penalidades previstas neste subitem poderão ser cumuladas ou não com as demais.

15.5 Para efeito da aplicação das penalidades de multas acima, considerar-se-á o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais), nos casos que o resultado da aplicação dos percentuais estabelecidos, resultarem em montante inferior a este.

15.6 A critério da municipalidade, as penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente sem exclusão de uma em detrimento de outras, na forma e no conteúdo estabelecidos pelo art. 81 e ss., da Lei Federal nº 8.666/1 993 e do art. 7º. da Lei 10.520/2002.

15.7 Fica garantido o contraditório e a ampla defesa ao contratado, por meio de procedimento de aplicação de penalidade, que se inicia com encaminhamento dos fatos que demonstram a inadimplência em relação às obrigações firmadas e indicação das penalidades aplicáveis, pela autoridade competente da Pasta gestora do contrato e ao Departamento Municipal de Licitação, que notificará o contratado para apresentação de defesa prévia no prazo:

- a. de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da intimação, nos casos das penalidades previstas nos subitens 15.1 e 15.3
- b. de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da intimação no caso da penalidade prevista no subitem 15.2.

15.8 A empresa contratada se responsabilizará pessoalmente pelo ressarcimento de danos ocasionados a terceiros.

15.9 As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa consequentemente a sua aplicação não exime a contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Município de Bebedouro, podendo ocorrer apuração no mesmo procedimento de aplicação de penalidade resguardado o direito ao contraditório e ampla defesa.

15.10 O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior devidamente justificado e comprovado, conforme estabelece o art. 393, do Código Civil.

15.11 Esgotado o âmbito administrativo de decisão do procedimento de aplicação da penalidade de multa e de apuração de eventuais prejuízos, os respectivos valores poderão ser, a critério do Município cobrados de imediato ou, se esgotados os recursos provenientes da caução depositada serem compensados com valores de pagamentos devidos à empresa vencedora. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se a processo judicial de execução

15.12 A abstenção por parte do Município de Bebedouro, do uso de quaisquer das faculdades contidas na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual ou neste Edital, não importa em renúncia ao seu exercício

15.13 As penalidades dispostas neste item serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município de Bebedouro, e poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais dominações legais, em especial as estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 Os recursos para a aquisição dos produtos objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados possuem dotação orçamentária própria: Programa Cidade Limpa 5.001- Elemento de Despesas 3.3.90.39.00,- Número de Despesa 00675, Órgão 10.03.00 – Funcional 15.452.5001 e Ação 2166.

17. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

17.1 O prazo para execução dos serviços será de 12 meses contados a partir da data de assinatura do Contrato, que poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses (Art. 57, II, Lei. Nº 866/93)

17.2 A assinatura do contrato se dará no prazo máximo de 30 dias da homologação desta licitação.

18. CONSIDERAÇÕES GERAIS

18.1 A empresa vencedora deverá formalizar junto à Prefeitura a quantidade de trabalhadores, veículos e equipamentos alocados nas atividades discriminadas no objeto desse Termo de Referência na data da assinatura do contrato.

18.2 A **empresa vencedora**, além da legislação Estadual e Federal ambiental vigente e do Código de Postura Municipal, deverá executar os serviços observando as disposições da Política Municipal de Meio Ambiente e a Política Municipal de Saneamento Ambiental.

18.3 Após a assinatura do contrato, a empresa vencedora fornecerá à **Prefeitura** o elemento indispensável ao início dos trabalhos, ou seja, ordem de início dos serviços para recebimento dos resíduos da construção civil após vistoria e aprovação pela Prefeitura do local e dos equipamentos apresentados e necessários à execução dos serviços pela **empresa vencedora**, conforme exigências do edital.

18.4 A **empresa vencedora** será a única responsável por eventuais danos causados às áreas sob sua operação, às edificações nelas contidas, à vizinhança e ao meio-ambiente, especialmente à saúde humana. Caberão a ela as ações pertinentes para sanear de imediato os danos porventura ocorridos sob sua gestão.

18.5 A **empresa vencedora** deverá manter uma equipe de gerenciamento para que haja uma uniformidade de ação e para receber do poder público as orientações a serem seguidas durante a vigência do contrato.

18.6 É de competência exclusiva da **empresa vencedora**, recrutar e fornecer toda a mão-de-obra, direta e indireta, necessária à execução dos serviços, inclusive encarregados e pessoal de apoio operacional e administrativo, sendo, para todos os efeitos, considerada como única empregadora.

18.7 A **empresa vencedora** deverá cumprir integralmente o disposto nas Normas Regulamentadoras da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho.

18.8 A **Prefeitura**, a seu critério e mediante prévia e formal comunicação à **empresa vencedora**, poderá exigir a ampliação, redução ou alteração nos quantitativos previstos para os serviços nas áreas contratadas, bem como determinar alterações nos horários previstos.

18.9 Qualquer fator que impeça o cumprimento das jornadas de trabalho estipuladas, relacionado a dificuldades operacionais, deverá ser comunicado formalmente à **Prefeitura** para análise e eventuais providências.

18.10 Fica a **empresa vencedora** obrigada a franquear o acesso da **Prefeitura** a todas as suas instalações utilizadas na realização do objeto contratual e em especial, ao sistema de pesagem dos veículos coletores e ao pátio de operação, durante todo o horário da prestação de serviços em qualquer dia do ano.

18.11 A **empresa vencedora** deverá manter, durante todo o período de vigência contratual, o profissional indicado na documentação de habilitação como responsável técnico pela realização dos serviços objeto do contrato.

Bebedouro, 22 de novembro de 2018.

Angela Maria Macuco do Prado Brunelli
Departamento de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente
Diretora